Portugal: uma revolução democrática a caminho do socialismo

Autor(es): Melo, Francisco

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39785>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-2_26

Accessed : 26-Apr-2023 13:24:01

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo II

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

PORTUGAL: UMA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA A CAMINHO DO SOCIALISMO ¹

1. Álvaro CUNHAL teve um papel de primacial importância no estudo e na teorização do processo revolucionário em Portugal.

A situação económica e política, as contradições de classe existentes e a posição e peso das várias classes sociais sob a ditadura fascista, assim como as perspectivas revolucionárias daí resultantes, foram analisadas por Álvaro CUNHAL em duas obras fundamentais — *Rumo à Vitória*, de 1964, e *Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do PCP* realizado em 1965.

Na primeira obra, Álvaro CUNHAL chamava então a atenção para a natureza de classe do regime fascista e para a *originalidade* do desenvolvimento do capitalismo em Portugal:

«Toda a acção do governo fascista [...] tem sido intensificar a exploração da classe operária e das outras classes laboriosas para permitir à burguesia mais lucros e a mais rápida acumulação do capital. Tem sido proteger os grandes e perseguir os pequenos. Tem sido a entrega das riquezas nacionais e dos principais

¹ Este texto foi utilizado numa sessão realizada na Alemanha no âmbito das Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal.

ramos da actividade económica a um pequeno número de grandes capitalistas. Para isso, o governo põe todo o aparelho do Estado, todo o aparelho repressivo, as armas, as leis, os tribunais, ao serviço do grande capital. Para isso criou um gigante aparelho de coordenação, direcção e domínio económico que é a organização corporativa.»

Em consequência de tal política,

«a centralização, a concentração e o monopólio não têm sido apenas o resultado natural, a longo prazo, da livre concorrência. Graças à política do governo fascista, os monopólios têm sido e são estabelecidos violentamente, coercivamente, a curto prazo, por medidas legislativas, por despachos ministeriais, pela força e o terror que vencem as resistências e impõem a execução dos planos do grande capital» ².

Depois de frisar esta especificidade do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, Álvaro CUNHAL expõe, na segunda obra citada, *as características específicas* da realidade do nosso país sob o fascismo:

«ser um país dominado pelo imperialismo estrangeiro e ser um país colonialista»;

«ser um país atrasado, miserável, “subdesenvolvido” e um país onde as relações capitalistas de produção estão altamente desenvolvidas, inclusivamente nos campos»;

«ser um país com uma indústria débil e uma agricultura primitiva e onde entretanto o proletariado (industrial e rural no seu conjunto) tem um peso numérico relativo não inferior ao verificado em países industrializados e onde é muito elevado

² Álvaro CUNHAL, *Rumo à Vitória*, in *Obras Escolhidas*, Edições «Avante!», Lisboa, 2010, tomo III, 13-14.

o grau de concentração do capital»; «um país onde existe há 39 anos uma ditadura fascista com um aparelho de Estado forte, sólido e bem organizado, que procura abafar pelo terror as mais ligeiras reclamações e protestos populares, e um país onde o movimento popular antifascista é tão amplo e profundo que aparece insistentemente à luz do dia em lutas económicas e políticas»;

«um país onde é prosseguida uma política obscurantista, onde há quase 40 por cento de analfabetos, onde se persegue a arte e a cultura e um país onde, vencendo as barreiras fascistas, floresce um amplo movimento literário e artístico de conteúdo democrático»;

«um país onde praticamente todo o peso da repressão tomba sobre os comunistas e onde entretanto o Partido Comunista é o único Partido digno deste nome» ³.

Da originalidade e características específicas mencionadas emergiam *contradições* determinantes das perspectivas revolucionárias que elas próprias abriam. Na verdade, como Álvaro CUNHAL escrevia então,

«dada a intervenção do Estado para apressar o processo de liquidação da pequena produção e do artesanato, de centralização e concentração e dada a intervenção, como factores de atraso económico, do imperialismo estrangeiro e do colonialismo português, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção sob a ditadura fascista foi mais rápido que o desenvolvimento das forças produtivas» ⁴.

³ Álvaro CUNHAL, *Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do PCP*, in *Obras Escolhidas*, ed. cit., tomo III, 325.

⁴ Álvaro CUNHAL, *O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*, in *Obras Escolhidas*, Edições «Avante!», Lisboa, 2013, tomo IV, 468. Itálicos meus, FM.

Tinha-se criado assim uma situação contraditória em que, acentua Álvaro Cunhal, se, por um lado,

«o atraso relativo do desenvolvimento das forças produtivas dá ainda à burguesia monopolista portuguesa uma ampla margem de iniciativa (na política económica) para atrasar a eclosão do conflito agudo entre as forças produtivas e o modo de produção»,

por outro lado,

«a socialização da produção, a polarização das classes sociais, a existência de um numeroso proletariado (incluindo na agricultura), o domínio da economia nacional por um grupo reduzido de grupos monopolistas, constituem factores sociais favoráveis para transformações radicais profundas levadas a cabo pelas classes e camadas sociais não monopolistas, e para a revolução socialista, dada a formação da força humana capaz de impor a mudança do modo de produção: o proletariado» ⁵.

Nestas condições, a luta contra a ditadura fascista — «ditadura terrorista dos monopólios associados ao imperialismo e dos latifundiários» ⁶, como a definia o Programa do PCP aprovado no VI Congresso em 1965, evidenciando que essa forma de exercício do poder político era a expressão *necessária* que a defesa dos interesses das classes dominantes de então assumia — teria necessariamente que ser uma luta antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundista. Uma luta, pois, em que se a instauração das liberdades democráticas, a destruição do Estado fascista e a sua substituição por um Estado

⁵ ID., *ibid.*, 469.

⁶ *Programa e Estatutos do PCP*, Edições «Avante!», Lisboa, Setembro de 1974, 22.

democrático constituíam o primeiro grande objectivo da revolução, a liquidação do poder dos monopólios e do imperialismo a eles associado, assim como o dos latifundiários, era o seu correlato necessário e condição da sua viabilidade e sobrevivência. *Revolução Democrática e Nacional*, assim caracterizaram Álvaro CUNHAL e o PCP a etapa de então da revolução. *Democrática*, porque acabaria — como dizia o Programa do PCP — «com a tirania fascista», instauraria «a liberdade política», poria «termo ao domínio da oligarquia financeira», defenderia «os interesses populares», realizaria «uma série de profundas reformas» que iriam beneficiar «a maioria esmagadora da população portuguesa». *Nacional*, porque — como dizia o mesmo Programa — «acabando com o domínio imperialista sobre Portugal e o domínio colonialista de Portugal sobre outros povos», asseguraria «a soberania, a integridade territorial e a verdadeira independência nacional» ⁷.

Em síntese, na *Revolução Democrática e Nacional* que o PCP indicava ao povo português apresentavam-se como indissolivelmente ligados os objectivos de uma revolução democrática e profundas transformações económicas e sociais que, no processo da sua realização e dado *o papel determinante nelas das vastas massas populares*, criariam condições para a revolução socialista. Por isso o PCP considerava que a luta pela revolução democrática e nacional era «parte constitutiva da luta pelo socialismo» ⁸.

2. Ora, esta interligação entre a revolução democrática e a revolução socialista, por um lado, chocava com as pretensões do oportunismo de direita da pequena e média burguesias em espalhar a revolução numa democracia burguesa em

⁷ *Ibid.*, 17.

⁸ *Ibid.*

que apenas mudaria a forma de exercício do poder político e não a sua natureza de classe; por outro lado, era um verdadeiro quebra-cabeças para os teorizadores radicais pequeno-burgueses incapazes de ultrapassar uma concepção mecanicista da relação entre forças produtivas e relações de produção e de compreender o fenómeno a que ENGELS chamava «a retroacção do poder do Estado»⁹ no desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja, aquilo que Álvaro CUNHAL designa por «intervenção coerciva do Estado» no desenvolvimento do capitalismo em Portugal com as contradições e as perspectivas de acção revolucionária já acima referidas.

Advogando uma concepção pseudomarxista segundo a qual as forças produtivas determinavam mecanicamente as relações de produção, tais teorizadores radicais pequeno-burgueses defendiam um pretenso carácter «espontâneo» do desenvolvimento histórico. Daí que a sua concepção do processo revolucionário sobrevalorizasse os factores objectivos e enfatizasse o «culto da espontaneidade», levando directamente a concepções oportunistas. Esta postura não reflectia apenas uma incompreensão teórica. Ela visava também um «objectivo prático» muito concreto: a «contestação», por parte de tais ‘teorizadores’, da acção do «Partido e de outras organizações independentes da classe operária e do movimento democrático»¹⁰. Oportunismo de direita e dogmatismo e sectarismo pequeno-burguês desviavam ambos o movimento antifascista do que era então essencial: «a organização, a acção política e a luta popular»¹¹.

⁹ Friedrich ENGELS, Carta a Conrad Schmith de 27 de Outubro de 1890.

¹⁰ Álvaro CUNHAL, *O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*, in *Obras Escolhidas*, ed. cit., 525 e 527-528.

¹¹ «Tendências e métodos da acção de certos sectores antifascistas e a luta pelo derrubamento da ditadura», in *Obras Escolhidas*, ed. cit., tomo IV, 247-248.

A falta de uma rigorosa análise do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, assente no conhecimento aprofundado do materialismo histórico e dialéctico, a incapacidade de apreender as suas contradições, impediam as forças antifascistas de superar as suas limitações de classe e elevarem-se a um posicionamento político táctico correcto face ao desenrolar dos acontecimentos económicos, sociais e políticos.

Não era este, porém, o caso do PCP. Com efeito, o próprio Álvaro CUNHAL mostrará como «as características específicas do desenvolvimento do capitalismo em Portugal» tinham conduzido «a economia capitalista a uma rede tão densa de contradições que a resolução de um problema arrisca agravar a agudeza de outros»¹².

Acompanhemos mais de perto o raciocínio de Álvaro Cunhal a partir dessas contradições, algumas das quais, *mutatis mutandis*, conservam ainda actualidade.

Álvaro CUNHAL começa por referir que, numa situação em que era «fraca a produtividade na generalidade dos ramos de economia» e em que o seu aumento constituía «um processo relativamente lento», os monopólios eram conduzidos a recorrer à «política de congelação de salários», com o objectivo de aumentar a «taxa de mais-valia necessária a uma acumulação mais rápida».

O problema é que esta política provocava igualmente o congelamento da «dimensão do mercado interno», tendo como consequência a travagem da pretendida «expansão económica», a qual, por sua vez, conduzia à emigração forçada dos trabalhadores, com a consequente «rarefacção» da

¹² Álvaro CUNHAL, *O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*, in *Obras Escolhidas*, ed. cit., tomo IV, 471. As citações que se seguem relativas à análise da rede de contradições encontram-se nas págs. 471-472 desta obra.

mão-de-obra e redução do «exército de reserva». Esta redução criava, contraditoriamente, «condições para uma subida salarial», dada a «escassez da oferta de trabalho» e a criação de «condições favoráveis à luta reivindicativa dos trabalhadores». São as contradições do capitalismo...

A análise de Álvaro CUNHAL foca ainda outro ponto importante da realidade portuguesa de então: com um mercado interno limitado como era o de Portugal (pela sua dimensão e pelo baixíssimo poder de compra dos trabalhadores), os monopólios procuravam uma saída no mercado internacional, «entrando em zonas de integração».

Mas logo surgia a contradição.

A indústria e a agricultura portuguesas não dispunham de «capacidade competitiva» (dado «o baixo nível das forças produtivas, o atraso económico geral, os altos custos de produção»), arriscando-se, por isso mesmo, «sem uma forte protecção pautal», a ser «batidas, não só no mercado internacional, como no próprio mercado interno».

Por outro lado, «um rápido desenvolvimento e o acréscimo das exportações» exigia «um aumento da circulação fiduciária e até talvez a desvalorização do escudo» (a moeda nacional de então), o que (outra contradição) conduziria não só ao «encarecimento dos bens de equipamento» que o País tinha de importar «para o desenvolvimento industrial» indispensável para conseguir o aumento das exportações (que assim ficava mais difícil), mas também ao «agravamento dos já pesados encargos da dívida pública externa».

Em outro plano, o governo (um governo aliado aos monopólios e ao seu serviço) recorria «ao aumento dos impostos» com o objectivo de «aumentar o auxílio directo do Estado aos monopólios através de investimentos». No entanto, «tal política fiscal» acabava por subtrair às empresas privadas «uma parte da mais-valia a acumular», ao mesmo tempo que diminuía o poder de compra da generalidade da população. Sempre as contradições.

A exploração colonial é outro aspecto que não escapa à análise de Álvaro CUNHAL, sublinhando, nomeadamente, duas consequências resultantes do facto de assentarem no «mercado colonial» e nas «matérias-primas das colónias» as actividades de importantes sectores económicos: por um lado, acontecia que «algumas dessas matérias-primas» tinham um preço mais baixo no mercado internacional; por outro lado, «o baixo desenvolvimento económico e a miséria das populações» coloniais impediam que o mercado colonial desse «saída à produção dos sectores de arranque num processo de industrialização».

Prosseguindo o seu esforço de compreensão das contradições que corroíam o regime fascista, Álvaro CUNHAL salienta o facto de, cada vez mais, se procurar o equilíbrio da balança de pagamentos em «fontes estranhas à produção nacional», em particular nas «remessas de emigrantes» e nas receitas do «turismo». Tal política acabava, porém, por minar as bases do crescimento económico, expondo «a economia nacional a súbitos desequilíbrios e roturas», porque o «processo inflacionista» se acentuava e porque os mencionados «factores externos» escapam ao controlo da política nacional.

Álvaro CUNHAL chama igualmente a atenção para a crescente associação dos grupos monopolistas e para a sua crescente submissão ao imperialismo internacional, com o objectivo de corresponder, desse modo, à «busca de uma maior dimensão das empresas e de uma capacidade competitiva». Mas de novo surgia a contradição. Porque daí resultava a «imposição de critérios selectivos e de divisão internacional de trabalho na industrialização», o que se traduzia num refreamento ao «desenvolvimento económico nacional» e numa «efectiva diminuição da capacidade de competição para a grande maioria dos sectores».

Acrescenta Álvaro CUNHAL: para atrair investimentos, eram abertas as portas ao capital estrangeiro, utilizando como

isco mão-de-obra e matérias-primas baratas, juntamente com um regime favorável no que toca à «exportação dos lucros». Só que com esta ocorria também a «exportação da mais-valia», o que retardava a acumulação do capital nacional que se pretendia alcançar e, portanto, o desenvolvimento do capitalismo nacional.

Os monopólios, sublinha ainda Álvaro CUNHAL, assentavam o desenvolvimento industrial «sobretudo na acumulação de capital variável» (isto é, de mão-de-obra) procurando por isso a imposição de «baixos preços dos produtos agrícolas e florestais» e a elevação dos «preços dos produtos industriais», do que resultava, além de um conflito agravado «com os latifundiários, capitalistas da agricultura e o campesinato em geral», também uma «restrição do mercado interno».

Por último, Álvaro CUNHAL menciona ainda o facto de que os monopólios estreitavam os laços entre si e multiplicavam «as empresas mistas» com vista aos «grandes empreendimentos», mas com isso agudizavam «a competição e concorrência entre os vários grupos».

A análise, constantemente aprofundada, destas e de outras contradições do capitalismo sob o regime fascista em Portugal permitiram a Álvaro CUNHAL poder afirmar com segurança: «O derrubamento do governo fascista e a libertação do povo português da exploração, opressão e tirania deixaram de ser um objectivo programático a atingir eventualmente apenas a longo prazo e entraram na ordem do dia.»¹³ A Revolução de 25 de Abril de 1974 viria confirmar esta afirmação.

3. A correcção da análise desenvolvida por Álvaro CUNHAL e a sua apreensão da dialéctica objectiva da dinâmica

¹³ Álvaro CUNHAL, *Ação Revolucionária, Capitulação e Aventura*, in *Obras Escolhidas*, ed. cit., tomo IV, 218. Itálico do autor, AC.

do desenvolvimento do capitalismo em Portugal e o acerto da teoria revolucionária nela alicerçada, orientadora do rumo a imprimir à acção revolucionária, viriam a ser confirmadas pelo curso dos acontecimentos que ocorreram na sequência do movimento militar de 25 de Abril de 1974. Em *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*¹⁴ o próprio Álvaro CUNHAL salienta isto mesmo, sublinhando na natureza das conquistas que viriam a ser alcançadas nesse período o papel determinante que nelas teve a iniciativa das massas populares, o seu carácter de emergência para cortar o passo e pôr fim às manobras contra-revolucionárias e o seu alcance (criação de um importante sector económico não capitalista, apontando no sentido de uma sociedade socialista).

Em vários escritos e em várias ocasiões Álvaro CUNHAL insistira em que era possível (e necessário) unir vastas camadas da população numa base antimonopolista. O facto de ao levantamento militar dos «capitães de Abril» se ter seguido imediatamente o levantamento popular mostra o acerto da sua análise e das suas propostas revolucionárias. A *Aliança Povo/MFA*, motor do processo revolucionário, constituiu precisamente a expressão criadora de uma ampla aliança englobando a classe operária industrial e rural, as massas camponesas, a pequena burguesia urbana e rural, sectores da média burguesia e camadas nacionais de sentimentos patrióticos, designadamente nas forças armadas. O papel destas últimas não se reduziu à sua participação directa na revolução, mas exprimiu e foi um factor de mobilização da adesão ao movimento antimonopolista das camadas da pequena e média burguesias a que os oficiais patriotas pertenciam.

¹⁴ Ver Álvaro CUNHAL, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, Relatório aprovado pelo CC do PCP para o VIII Congresso, Edições «Avante!», 2.^a edição, 1994 (1.^a edição, 1976), nomeadamente o capítulo II.

Com todas as suas contradições internas, geradoras de perigosas crises, essa ampla *aliança social original* demonstrou a força e possibilidade da ampliação do sistema de alianças do proletariado na sua luta contra o capital monopolista na conquista das liberdades, no controlo operário, nas nacionalizações e na Reforma Agrária.

Quanto às *liberdades*, se é certo que foi o MFA que, derubado o governo fascista, proclamou a sua restauração, não é menos certo que foi o povo quem verdadeiramente as conquistou, fazendo fracassar todas as tentativas de as impedir, limitar ou regulamentar pelas forças reaccionárias e conservadoras anichadas no poder: através do exercício imediato da liberdade de reunião e de manifestação, da liberdade dos partidos políticos, da liberdade sindical e dos direitos sindicais, da liberdade de imprensa e de outros órgãos de informação, e com a expulsão dos fascistas das autarquias locais e a eleição popular directa de administrações democráticas.

A conquista das liberdades mostrou, assim, tal como Álvaro CUNHAL proclamara e previra, o papel determinante do movimento de massas no desenvolvimento do processo revolucionário.

A íntima ligação entre os objectivos democráticos e as profundas transformações económicas e sociais com a abertura da perspectiva socialista de desenvolvimento da Revolução portuguesa — só possível porque o proletariado e as massas populares assumiram um papel determinante no processo revolucionário — revela-se com toda a clareza em outras conquistas além das liberdades democráticas, nomeadamente no *controlo operário*, nas *nacionalizações* e na *Reforma Agrária*. Respostas às tentativas reaccionárias de liquidar as liberdades e de reinstaurar uma ditadura, essas conquistas corresponderam simultaneamente à necessidade de defender e de consolidar a democracia, de desenvolver o processo revolucionário, de salvar a economia do caos (para que o patronato sabotador a

empurrava, agravando a situação herdada do fascismo) e de melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

Analisemos rapidamente cada uma delas.

— Evidenciando o seu papel decisivo no processo da Revolução portuguesa, os trabalhadores começaram, logo após o dia 25 de Abril, a intervir na vida das empresas, primeiro saneando o grande patronato fascista e os seus agentes directos, e passando depois ao *controlo operário*, numa luta corajosa, plena de sacrifícios e de esperança no futuro.

Correspondendo a situações muito concretas nas empresas (fuga do patronato para o estrangeiro, insolvência iminente ou falência, desvios de fundos, tentativas de despedimentos ou encerramento de empresas, destruição ou retirada de máquinas e equipamentos, esgotamento de *stocks*, cancelamento de encomendas, fraudes e outras formas de sabotagem económica), o *controlo operário* estabeleceu-se sem que o seu âmbito, objectivos e formas fossem previamente definidos. Através de toda a sua diversidade, respondendo à exigência da situação objectiva, o controlo operário surgiu no processo da Revolução portuguesa como defesa dos interesses dos trabalhadores e da economia nacional ameaçada pelo patronato, assegurando postos de trabalho e prosseguindo a actividade produtiva (como acção de defesa da democracia), e criou condições para as necessárias nacionalizações e para que a perspectiva socialista de desenvolvimento se tornasse uma realidade.

Instituindo um efectivo controlo nas empresas e na banca, os trabalhadores sanearam as administrações comprometidas com o fascismo, denunciaram a sabotagem económica, irregularidades e fraudes levadas a cabo pelos grandes capitalistas, revelaram a ajuda directa destes aos conspiradores reaccionários e a sua própria participação nas conspirações e golpes contra a jovem democracia portuguesa, e reclamaram as nacionalizações em poderosas acções de massas.

— A *nacionalização* dos sectores básicos da economia liquidou o poder económico dos grupos monopolistas (o capitalismo de Estado tinha já sido liquidado com o derrube da ditadura fascista e a nova situação democrática), marcando uma viragem da democracia portuguesa para o socialismo. Tal como no caso das outras conquistas da Revolução, a luta dos trabalhadores foi decisiva na sua concretização, quer no plano geral contra os monopólios quer em particular pela nacionalização de determinados sectores.

A derrota da direita reaccionária no golpe contra-revolucionário de 11 de Março de 1975 e o comprometimento do grande capital na conspiração vieram desencadear o processo das nacionalizações que, começando pela banca e seguros, rapidamente se estendeu aos sectores básicos da economia, dada a «polarização dos grupos monopolistas em torno dos seus próprios bancos»¹⁵.

Também aqui se confirmou a tese de Álvaro CUNHAL e do PCP de que a liquidação definitiva do fascismo exigia a liquidação do poder económico dos grupos monopolistas, tese que, ao menos após o 25 de Abril, foi claramente assumida também pelos militares do MFA, que desempenharam um papel importante na consolidação da aliança POVO/MFA, a força revolucionária da ampla aliança social de base antimonopolista.

Para além das nacionalizações, há que registar a intervenção e a participação do Estado em um número considerável de empresas e a transformação em cooperativas de várias médias e algumas pequenas empresas, num caso e noutro em virtude da sabotagem económica, da falência iminente, da fuga dos patrões, etc. Mas foram as nacionalizações que permitiram a constituição de um sector empresarial do Estado particu-

¹⁵ ID., *ibid.*, 131.

larmente importante, não só pela sua dimensão e pelo seu peso na economia nacional, mas também por abranger sectores básicos, estratégicos, da economia nacional. E este foi um passo decisivo para o desenvolvimento de uma dinâmica anti-capitalista, que permitiu a *opção socialista* da revolução portuguesa, exigida pelos trabalhadores na rua, votada pelos órgãos do MFA e aclamada em grandes manifestações populares.

— Quanto à *Reforma Agrária*, ela caracterizou-se, como Álvaro CUNHAL sublinhou, por ter sido fundamentalmente obra dos assalariados rurais, do proletariado rural, em correspondência com o seu peso elevadíssimo na população activa agrícola (atingindo os 85% a 90% nos distritos principais em que se realizou) e com o elevado grau de combatividade, organização e consciência de classe por ele adquirido já no tempo do fascismo.

Na sequência das derrotas da reacção e dos avanços das forças progressistas, os trabalhadores agrícolas tomaram a decisão histórica de ocupar as terras dos latifundiários e de as cultivar, dando resposta à necessidade objectiva de resolver os problemas do emprego e da produção.

O proletariado rural contou, desde o início, com o apoio e a orientação do PCP, partido que, desde os tempos do fascismo, tinha grande implantação e influência neste sector da população. E contou também com o apoio do MFA, neste caso, porém (dadas as contradições no seio do MFA, como anota Álvaro CUNHAL), um apoio irregular (algumas vezes as forças armadas intervieram mesmo em favor dos agrários ou mantiveram uma atitude de passividade face às violências destes contra os trabalhadores).

Mas foi fundamentalmente graças à sua determinação e lucidez revolucionárias, à sua coragem e ao seu heroísmo que os trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo conseguiram vencer a resistência encarniçada não só dos agrários mas também de todas as forças reaccionárias, de todos os sectores

conservadores, incluindo alguns com responsabilidades no próprio governo. Resistindo a tudo, desde violentas campanhas de propaganda até acções armadas e operações militares de intimidação, passando pelas tentativas de estrangulamento económico e financeiro; aguentando por vezes longos meses sem receber salários, vencendo a sua própria impreparação técnica e falta de experiência, os trabalhadores da Reforma Agrária conseguiram a proeza de liquidar uma grande parte dos latifúndios e de dirigir mais de 400 Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção, numa superfície de mais de 1 milhão de hectares, ou seja, um quinto da superfície agrícola de Portugal.

Estas características da Reforma Agrária atribuíram-lhe um carácter profundamente revolucionário e um rápido ritmo de desenvolvimento, conferiram-lhe formas específicas muito avançadas e originais (como a autonomia de gestão e o pagamento de salários fixos), e fizeram, como acentua Álvaro CUNHAL, que ela «aparecesse, não como a Reforma Agrária de um sistema capitalista em desenvolvimento, mas como uma Reforma Agrária de carácter socialista»¹⁶.

— Em resumo: podemos assinalar nas transformações levadas a cabo três características fundamentais.

Em primeiro lugar, elas apresentaram um carácter de medidas de *emergência*, isto é, não foram realizadas em obediência rígida a um programa político geral, mas impostas pela necessidade de pôr fim às manobras reaccionárias dos grupos monopolistas e dos latifundiários de lançar o País no caos e de liquidar as liberdades, de liquidar a jovem democracia portuguesa. Foram imperativos tanto de ordem económica como de ordem política, revelando o cordão umbilical que

¹⁶ ID., *ibid.*, 136.

ligava os grupos monopolistas e os latifundiários ao regime fascista.

Em segundo lugar, elas ficaram a dever-se sobretudo à *iniciativa revolucionária* e à luta das massas populares. Impostas *de baixo*, se puderam contar também com o apoio favorável de órgãos do poder, estes intervieram, salvo curtos períodos, sempre com atraso em relação às iniciativas das massas populares e muitas vezes mesmo procurando travá-las e impedi-las. Com um poder político partilhado por forças revolucionárias e forças conservadoras e mesmo reaccionárias, a luta das massas populares criou novas realidades que o poder acabou por consagrar legalmente e que a própria Constituição da República Portuguesa veio, mais tarde, a consagrar, nos seus pontos fundamentais.

Em terceiro lugar, elas foram levadas a cabo «*sem que existisse um poder revolucionário e sem que se tivesse criado um aparelho de Estado correspondente às transformações alcançadas*»¹⁷. Tendo tido capacidade para realizar profundas transformações democráticas, as forças revolucionárias não a tiveram para construir um Estado democrático.

Esta foi uma falha de «extrema gravidade», como acentua Álvaro CUNHAL, permitindo às forças reaccionárias e conservadoras condições favoráveis para organizarem «a resistência ao avanço do processo revolucionário, recuperarem posições e passarem ao ataque»¹⁸. A experiência da Revolução portuguesa veio mais uma vez demonstrar que a questão do Estado é uma questão central de todas as revoluções, como Álvaro Cunhal pusera em evidência, seis anos e meio antes do 25 de Abril, no estudo precisamente inti-

¹⁷ Id., *ibid.*, 100. Itálico do autor, AC.

¹⁸ Id., *ibid.*, 101.

tulado «A questão do Estado, questão central de cada revolução»¹⁹.

4. Em princípios de Novembro de 1976, fazendo a análise do processo da Revolução portuguesa, escreveu Álvaro CUNHAL:

«Podem considerar-se as eleições para a [Assembleia] Constituinte [25 de Abril de 1975] como o anúncio da grande crise político-militar, o deflagrar da cisão das forças democráticas e do MFA e a partida para uma crescente agudização dos conflitos que conduziria sete meses mais tarde ao confronto de 25 de Novembro»²⁰.

Fortalecendo o seu peso nos órgãos do poder político nas condições propiciadas pelo golpe contra-revolucionário do 25 de Novembro, o Partido Socialista liderou uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que se caracterizou:

- pela entrega ao patronato sabotador de empresas que os trabalhadores tinham salvo da ruína, com a sua luta, o seu esforço e o seu patriotismo;
- por uma ofensiva violenta contra a Reforma Agrária, atribuindo reservas ilegais aos latifundiários, pondo em causa a viabilidade das Cooperativas e UCPs, procurando por todos os meios estrangulá-las financeiramente, e indemnizando, ao mesmo tempo, os grandes agrários;
- pelos ataques ao sector nacionalizado, impondo-lhe concepções e métodos de gestão típicos do capitalismo mono-

¹⁹ «A questão do Estado, questão central de cada revolução», in *Obras Escolhidas*, ed. cit., tomo IV, 219-235.

²⁰ Álvaro CUNHAL, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, ed. cit., 196.

- polista de Estado, que fora liquidado pela Revolução, permitindo a criação de empresas privadas em sectores nacionalizados e a entrega da gestão e exploração de empresas nacionalizadas aos ex-monopolistas, asfixiando financeiramente as empresas, recusando o crédito e transferindo para as empresas capitalistas mais-valias criadas nas empresas nacionalizadas (mantendo ou aumento ligeiramente os preços dos bens e serviços produzidos por estas e permitindo o aumento dos preços praticados pelas empresas capitalistas; e atribuindo indemnizações ‘amigas’ aos monopolistas expropriados pela revolução);
- pela aprovação de leis que limitaram o direito à greve, reduziram o controlo operário, abriram a porta aos despedimentos sem justa causa (que a Constituição proíbe) e permitiram uma violenta ofensiva patronal contra os direitos dos trabalhadores nas empresas e contra os direitos sindicais;
 - pela chamada política de ‘pacotes’, isto é, o recurso indiscriminado aos empréstimos externos, a restrição de crédito, a elevação das taxas de juro; a desvalorização do escudo, o congelamento de salários e brutais subidas de preços; a submissão às imposições do imperialismo, directamente ou através do FMI, como a liberalização dos investimentos estrangeiros ou a não imposição de restrições às importações, obrigando o país a recorrer cada vez mais aos empréstimos externos;
 - pela manobra política da adesão à CEE, a tão propagandeada «opção europeia»;
 - por uma política externa de enfeudamento ao imperialismo, designadamente à RFA e aos Estados Unidos, e de obstrucionismo ao desenvolvimento de relações com os países socialistas, acompanhada nos órgãos de comunicação social por violentas campanhas anticomunistas e neocolonialistas (incluindo o apoio a tentativas de golpes armados nos novos países africanos, impedindo o possível rápido desenvolvimento das trocas comerciais mutuamente vantajosas);

- pela ofensiva contra a unidade sindical, apoiada por generosos recursos financeiros provenientes de organizações alemãs (muitas vezes intermediárias de ‘ajudas’ da CIA e de estruturas sindicais americanas);
- pelos saneamentos à esquerda e pela defesa das posições e da reintegração de elementos fascistas reaccionários;
- pela despudorada utilização dos órgãos de comunicação social estatizados para veicular a propaganda do governo e caluniar e atacar as forças progressistas; etc., etc.²¹.

5. Este processo contra-revolucionário, em que se deram as mãos as forças conservadoras e reaccionárias portuguesas, o imperialismo americano e a social-democracia europeia, foi ulteriormente desenvolvido e aprofundado. Mas a enumeração que fiz acima das características da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista logo no seu início mostra por si a validade da tese do PCP de que cada passo contra a dinâmica criada na economia portuguesa pelas transformações realizadas pela revolução, cada passo na restauração do poder económico dos grandes capitalistas e dos grandes agrários — necessariamente pela violência e a repressão — seria um passo no sentido do descalabro económico, da restauração do poder político destes, da liquidação das liberdades, da instalação de uma nova ditadura.

No seu já mencionado relatório ao VIII Congresso do PCP (Novembro de 1976), Álvaro CUNHAL advertira:

«por muito que se afirme o contrário, uma política que ponha em causa as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário, uma política que pretenda fazer pagar aos trabalha-

²¹ Sobre esta matéria e para maior desenvolvimento, ver Álvaro CUNHAL, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, ed. cit., capítulo V.

dores a solução das dificuldades da economia nacional, põe em perigo, não apenas as conquistas revolucionárias, mas o próprio regime democrático»²².

E em Agosto de 1985, numa apreciação temporal mais dilatada, comprovava que,

«após o 25 de Abril, as sucessivas tentativas de grave limitação e mesmo de liquidação das liberdades democráticas e da democracia política andaram sempre a par das tentativas de recuperação do poder económico por parte dos grupos monopolistas e dos latifundiários, apoiados por forças políticas e militares participantes nos órgãos de soberania»²³.

Mas a história deste período, na sua totalidade concreta, apresenta outras determinações. Como sublinhou Álvaro CUNHAL em *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*, o processo contra-revolucionário precisou de mais de vinte anos para destruir o que tinha sido alcançado com a revolução no curto espaço de tempo de dois anos.

Destaco duas razões das apontadas por Álvaro CUNHAL para tal disparidade de tempo: a primeira foi a

*«luta firme e heróica da classe operária, dos trabalhadores em geral, das massas populares, das suas organizações unitárias — luta na qual o PCP, o movimento sindical unitário e outras forças progressistas desempenharam papel determinante»*²⁴;

²² Álvaro CUNHAL, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, ed. cit., 265.

²³ Álvaro CUNHAL, *O Partido com Paredes de Vidro*, Edições «Avante!», Lisboa, 6.^a edição, 2002, 50.

²⁴ Álvaro CUNHAL, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*, Edições «Avante!», Lisboa, 1999, 271. Itálico do autor, AC.

a segunda, foi o facto de que

*«as grandes conquistas da revolução correspondiam a necessidades objectivas do desenvolvimento do país, aos interesses do povo português, além de constituírem um elemento de defesa das liberdades e da criação de um regime político democrático»*²⁵.

São estas as razões que permitem compreender que, apesar de o processo contra-revolucionário ter liquidado conquistas fundamentais da Revolução de Abril, muitos dos seus valores permaneçam vivos na sociedade e na consciência dos portugueses.

Portugal é hoje um País em que a independência e a soberania nacionais estão fortemente dependentes de decisões tomadas por outros (órgãos supranacionais ou arranjos intergovernamentais). A nossa realidade presente é marcada por um regime político apenas formalmente democrático e às vezes nem isso (mas em que a Constituição vigente constitui um obstáculo à política de submissão aos ditames da *troika* e do grande capital); por um aparelho produtivo destroçado; por uma situação de miséria que atinge níveis quantitativos e qualitativos de tragédia humana e social, fruto do elevadíssimo desemprego e do ‘confisco’ violento dos rendimentos e direitos dos trabalhadores no activo, dos reformados e pensionistas; pela emigração forçada de grande número de trabalhadores, em grande parte jovens qualificados.

Estes são os frutos da política contra-revolucionária prosseguida ao longo de mais de três décadas, tendo sempre em mira a liquidação das conquistas da Revolução de Abril. E eles conferem plena actualidade à afirmação de Álvaro CUNHAL de que

«a história das realizações, conquistas, valores e lições da Revolução de Abril contém elementos fundamentais da experiência

²⁵ ID., *ibid.* Itálico do autor, AC.

necessária para, na situação actual, optar por um caminho de futuro e confiar naqueles que, falando verdade ao povo, têm mostrado ser capazes de cumprir aquilo que anunciam e prometem»²⁶.

Neste sentido aponta o Programa de «Uma democracia avançada no limiar do século XXI» originariamente aprovado no XII Congresso (1988), alterado no XIV Congresso (1992) e actualizado em 2012 pelo Programa aprovado no XIX Congresso de «Uma Democracia Avançada — Os Valores de Abril no Futuro de Portugal».

Neste Programa apresentado pelo PCP ao Povo Português declara-se que a democracia avançada «surge na continuidade histórica do programa da revolução democrática e nacional definido e aprovado em 1965 e dos ideais, conquistas e realizações de valor igualmente histórico da Revolução de Abril»²⁷. Nele, o PCP reitera a sua tese de que a realização de uma democracia avançada inspirada nos valores de Abril «criará condições propícias a um desenvolvimento da sociedade portuguesa conduzindo ao socialismo»²⁸.

A experiência do movimento revolucionário em Portugal deu e continua a dar razão àquele ensinamento de Álvaro CUNHAL de que

«é [...] não só legítimo como necessário que cada partido procure, de forma criadora e com independência, o caminho que conduzirá ao socialismo e as soluções dos problemas que defronta nas condições específicas do seu país»²⁹.

²⁶ ID., *ibid.*, 322.

²⁷ Partido Comunista Português, *Programa. Uma democracia avançada, os valores de Abril no futuro de Portugal*, Edições «Avante!», Lisboa, 2013, 52.

²⁸ ID., *ibid.*, 151.

²⁹ Álvaro CUNHAL, «Intervenção na Conferência dos Partidos Comunistas dos Países Capitalistas», in *Obras Escolhidas*, ed. cit., tomo IV, 779.

Na procura desse caminho, em interacção dialéctica no quadro de uma solidariedade internacionalista activa com as lutas dos povos, os comunistas consideram o *marxismo-leninismo como um instrumento indispensável* que lhes fornece os fundamentos teóricos para o estudo e para a acção mas que não dá receitas já prontas, antes requer como condição do seu próprio desenvolvimento e eficácia a análise concreta da realidade tendo como perspectiva a sua transformação revolucionária. Álvaro CUNHAL soube utilizar esse instrumento de forma exemplar. O património que nos legou é de uma riqueza inestimável, a que nos cumpre dar continuidade projectando-o no presente e no futuro.

Sumário: através da leitura de algumas obras de Álvaro Cunhal, o A. analisa a situação de Portugal durante os anos do fascismo, para tentar compreender como é que as condições criadas, na economia e na sociedade, conduziram nas suas linhas fundamentais à *revolução democrática e nacional*, apontada pelo PCP, revolução aberta pela acção dos capitães de Abril em 25 de Abril de 1974 e concretizada depois graças à luta do povo português, reforçada no quadro da *Aliança Povo-MFA*.

Antes e depois de 25 de Abril de 1974, o A. acompanha de perto o esforço de teorização de Álvaro Cunhal e do PCP, bem como a acção do PCP e dos trabalhadores (nomeadamente o proletariado rural e industrial).

Na parte final do artigo, o A. analisa a verdade e a mentira da revolução de Abril, enquadrando os caminhos do recuo do processo revolucionário, a partir do golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro de 1975, e acentua a importância dos valores de Abril no futuro de Portugal.

Palavras-chave: economia portuguesa; fascismo; revolução democrática e nacional; Revolução de Abril; vias para o socialismo.

Portugal: a democratic revolution heading towards socialism

Abstract: Drawing upon his reading of some works of Álvaro Cunhal, the A. analyzes Portugal's situation during the years of fascism in order to understand how the conditions created in the economy and the society eventually prompted the *national and democratic revolution* inspired by the Portuguese Communist Party, then launched by the captains in April 25th, 1974, and implemented during the so-called *Aliança Povo-MFA* revolu-

tionary process. The A. has kept track of the theorization efforts carried out by Álvaro Cunhal and the Portuguese Communist Party (PCP) before and after April 25th, 1974, as well as the action of PCP and the working class (namely, the rural and industrial proletariat).

In the last part of the article, the A. discusses the truth and the lies of the April revolution and points out the reason for the interruption of the revolutionary process that took place in the counter-revolutionary of November 25th, 1975, while stressing the April values for the future of Portugal.

Keywords: Portuguese economy; fascism; national and democratic revolution; April Revolution; ways leading to socialism.

Francisco Melo

Edições «Avante!»